

UMA CARTOGRAFIA DAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DE QUEBRadeiras DE COCO NA “REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU”

Poliana De Sousa Nascimento¹
polianadsn@gmail.com

RESUMO: *O presente artigo tem como objetivo destacar, a partir de uma cartografia social, formas de organizações e diferentes mecanismos de mobilização política estabelecidas por mulheres quebradeiras de coco na Região ecológica do babaçu. São mulheres que se estruturam segundo critérios organizativos apoiados em princípios de gênero, ecológicos com base política e econômica (ALMEIDA, 2005). Elas reivindicam, a partir de ações coletivas de resistência, a preservação da palmeira de babaçu (*Orbignya Speciosa*), livre acesso à terra e uso dos recursos naturais, redesenhando suas trajetórias de luta e relação de pertencimento a partir de cartografias sociais que expressam suas realidades.*

Palavras Chaves: *Cartografia. Babaçu. Conflito. Quebradeiras de coco.*

ABSTRACT: *Based on the mapping, this article seeks to highlight organizational forms and different mechanisms of political mobilization established by women known as “babassu coconut breakers” (quebradeiras de coco babaçu) in the Babassu Ecological Region. These groups of women are structured according to organizational criteria based on principles of gender and ecology, with political and economic foundations (ALMEIDA, 2005). Through collective actions of resistance, they demand the preservation of the babassu palm (*Orbignya Speciosa*), free access to land, and the use of natural resources, redesigning their trajectories of struggle through social cartographies that express their realities.*

Keywords: *Cartography, Babassu, Conflict, Coconut breakers*

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão; Especialista em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário UNINTA; Mestra em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal Do Piauí; Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Esse artigo decorre de reflexões que permeiam às práticas extrativistas e ações políticas das designadas quebradeiras de coco babaçu². Trata-se de uma perspectiva analítica construída a partir de pesquisas vinculadas ao projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu”. Informações obtidas a partir de pesquisa de campo propiciaram uma autcartografia de quebradeiras de coco babaçu nas regiões de maior incidência da palmeira.

As regiões compreendidas para realização de pesquisa no âmbito do projeto “Cartografia Social dos Babaçuais” voltaram-se para a Região dos Cocais Maranhense (municípios de Codó, Coroatá e Timbiras), Baixada Maranhense (Penalva, Viana e Matinha), Região de Imperatriz (Imperatriz, Estrada do Arroz e Amarante) – MA; Norte de Tocantins (São Miguel, Axixá do Tocantins e TI Apinayes) e Oeste de Tocantins – Araguaína e Araguanã; Baixo Parnaíba (Esperantina, Miguel Alves, João Marques) – PI e Sudeste do Pará nos municípios de Marabá, São Geraldo, São Domingos e São João do Araguaia. Essa autcartografia funciona como instrumento político de mulheres mobilizadas em termos políticos-organizativos, cuja situação efetivamente vivida por elas não é representada em documentos oficiais. Há ocorrência da palmeira também em outras partes da América Latina: Bolívia, Colômbia e México,

Mas no Brasil, a área de incidência da palmeira de babaçu, envolve os estados do Maranhão, Pará, Piauí, Ceará, Mato Grosso, Bahia, Rondônia, Goiás e Minas Gerais, abrangendo uma área de 18,5 milhões de hectares de floresta secundária”. (ARAÚJO, 2013, p.142).

De acordo com dados do IBGE(2010), estima-se que nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins - área aqui denominada de Região ecológica do babaçu³ - 300 mil pessoas vivem da prática extrativa do babaçu, produzindo uma variedade de subprodutos que são comercializados a partir de cooperativas administradas por mulheres vinculadas ao MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). O movimento abrange os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, emerge do primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, e representa os interesses sociais, políticos e econômicos das quebradeiras de coco, possibilitando reconhecimento jurídico de suas práticas ligadas ao babaçu.

Com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, O MIQCB apresenta seis regionais que se articulam entre os quatro estados de maior incidência da palmeira de babaçu, a saber: três no Estado do Maranhão - Baixada Maranhense (sede na cidade de Viana), Médio Mearim/Cocais (sede na cidade de Pedreiras) e Região Tocantina (sede na ci-

2 O projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu” que realizou pesquisas nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, faz parte de um conjunto de projetos relacionados ao Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” que tem como finalidade realizar cartografias sociais de povos e comunidades tradicionais.

3 O projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu” que realizou pesquisas nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, faz parte de um conjunto de projetos relacionados ao Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” que tem como finalidade realizar cartografias sociais de povos e comunidades tradicionais.

-dade de Imperatriz), uma em Tocantins, na região do Bico do Papagaio (sede na cidade de São Miguel do Tocantins), uma no Pará (sede na cidade de São Domingos do Araguaia) e outra na região dos Cocais, no Piauí (sede na cidade de Esperantina).

A descentralização do movimento em unidades regionais possibilita que mulheres em diferentes espaços socioculturais tenham acesso às proposições do movimento, ampliando a rede de relação entre elas e fortalecendo laços de solidariedades de mulheres que apresentam demandas e conflitos diferentes em seus territórios de vivências e pertencimentos.

Houve um momento da história que se declarou o fim do ciclo do babaçu, pois com o fim dos incentivos fiscais oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as indústrias do babaçu entraram em falência (ARAUJO, 2013). Mas ainda no começo da década 70, o babaçu era considerado um dos produtos de maior relevância na agropecuária, sobretudo maranhense, seja pela mão de obra barata, seja pela arrecadação de impostos (MESQUITA, 1998, p.18). Porém, no final da década de 70 até meados da década de 80, com a instalação de projetos ligados a agropecuária, mineração e madeireiras, a prática extrativa do babaçu torna-se inviável devido a apropriação de terras de uso das mulheres por pecuaristas e empresas beneficiadas por políticas públicas federais e estaduais (ARAUJO, 2013).

Contudo, quando tudo parecia desfavorável a existência dessa atividade, ocorre um processo intenso de organização política e econômica dessas mulheres, com potencial para resistirem e articularem diferentes forças em torno da garantia do livre acesso ao babaçu. Desde a criação da ASSEMA⁴, em 1989, que mulheres trabalhadoras rurais mobilizam-se em torno da preservação do babaçu, porém, somente a partir da 1991 é que se dá a primeira forma de articulação diretamente relacionada às práticas extrativas do babaçu através da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu – AMQCB. Contudo, a articulação se consolida em movimento apenas em 1995, com a concretização do MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. (ARAUJO, 2013, p.142)

Há quase 30 anos, as quebradeiras de coco babaçu buscam reconhecimento jurídico, em torno de políticas públicas que reconheçam seus modos de vida diferenciados. O processo de autocartografia realizado por essas mulheres junto ao projeto de pesquisa “Cartografia Social dos Babaçuais”, possibilitou a percepção de como tais mulheres se organizam politicamente em torno da atividade extrativa do coco babaçu. Principalmente compreendendo que, a partir da apropriação de uma identidade própria, elas rompem com o estigma da representação de figura da paisagem dos cocais, assumindo uma postura política em defesa dos babaçuais, em torno de um processo intenso de mobilização. É nesse sentido que buscarei discorrer sobre estratégias de resistências expressas por meio de uma autocartografia que legitimam lutas de mulheres, que integram um conjunto de sujeitos coletivos, em defesa da preservação do babaçu e de seus territórios tradicionais.

⁴ A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA é uma organização iniciada por lideranças sindicais da região do Médio Mearim – MA, e liderada por trabalhadores rurais e mulheres quebradeiras de coco babaçu, que promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais, para a melhoria da qualidade de vida no campo.

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS REFLETIDAS NO MAPEAMENTO SOCIAL DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU

As formas organizativas que integram a luta das quebradeiras de coco babaçu, especialmente o MIQCB, vem discutindo mecanismos de acesso e uso dos recursos naturais por mulheres que vivem dessa prática há anos. Os debates em torno dessa necessidade possibilitaram a formulação e proposição de um projeto de lei junto à Câmara dos Deputados que garantisse a reprodução social, cultural, política e econômica das quebradeiras de coco. Os saberes tradicionais e os conhecimentos ligados à natureza dos territórios onde vivem, fizeram com quem essas mulheres fossem reconhecidas como “Guardiãs das florestas de babaçu”, lutando por sua preservação e por um meio ambiente sadio, livre das interferências externas expressas pela expropriação de terras estabelecidas por grandes projetos econômicos.

A autcartografia denominada “Cartografia Social dos Babaçuais” surge ao mesmo tempo em que o governo, com todo seu aparato estratégico, investe na agroindústria, ampliando a área de fronteira agrícola, e em projetos de infraestrutura em áreas observadas empiricamente nesta pesquisa de campo. Os efeitos sociais dos atos do Estado, caracterizados pela pretensão de atos políticos com efeitos no mundo social, realizam planos de ação com logística e estrutura articulada, com propósito de garantir ganhos financeiros para empresários e fazendeiros, amparados por dispositivos jurídicos que legalizam tais ações (ALMEIDA, 1995).

Deste modo, as quebradeiras de coco babaçu em um estado de invisibilidade promovido pelo Estado e sendo afetadas por grandes empreendimentos econômicos, apresentam necessidades e demandas que não são viabilizadas pelo poder público; sofrem pressões que afetam sua produção; ameaçam sua reprodução física e social. Contudo, elas demonstram o reforço do advento de uma nova identidade coletiva, conferindo unicidade ao movimento das quebradeiras de coco babaçu que ganha força no final da década de 80 com o surgimento do MIQCB.

A luta de mulheres quebradeiras de coco babaçu que construíram uma forma específica de organização e de trabalho ligado a terra, apresenta como eixo principal de reivindicação a garantia do livre acesso aos babaçuais. A devastação das palmeiras, o aumento das carvoarias e avanço das siderúrgicas e das agroindústrias prejudicam substancialmente suas práticas extrativas, em contrapartida, essas mulheres, organizam-se criando mecanismos estratégicos de defesa contra seus antagonistas, aqui apresentados pelos fazendeiros e grandes empresários. O Mapeamento Social realizado na região compreendida como “ecológica dos babaçuais” possibilitou a percepção e dimensão das formas organizativas estabelecidas na área de incidência dos babaçuais, permitindo o fortalecimento dessas organizações.

Durante a pesquisa, foram destacadas diferentes formas organizativas que lutam em defesa do território, preservação da palmeira de babaçu, conservação dos recursos natu-

naturais e disputam o acesso aos programas governamentais (PNAE⁵, PAA⁶ e PGPM-Bio⁷) que tem como público, agricultores familiares e extrativistas. São formas organizativas articuladas em ampla rede de relações e agregam, junto ao MIQCB, outras formas de mobilizações representadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associação de Mulheres Extrativistas, Grupos produtivos de mulheres, Unidades Produtivas (para extração de azeite e fabricação de sabão e sabonete a partir do babaçu), Associações Quilombolas e Museus comunitários. Mas também estão ligadas a uma rede de articulação de caráter nacional e internacional, como a Central de Cooperativas Agroextrativistas do Maranhão – CCMA, Rede Brasileira Socioeconômica Solidária – RBSES, Rede de Cerrado, Fórum da Amazônia Oriental. Via Campesina e Articulação Nacional de Agroecologia – ANA (ARAUJO, 2013, p.144).

São mulheres cuja luta pode ser expressa no cotidiano e em diferentes espaços sociais que, por vezes, não são entendidos como luta, pois sua forma conservadora de entendimento conceitual impede a percepção da luta no cotidiano de quem também está no conflito. A condição de vida da qual muitas mulheres estão inseridas, permeia a uma condição de obediência e conformismos, mas que pode pairar também sob elas tensões e possibilidades de resistir mesmo que a dominação assuma uma legitimidade diante de seus antagonistas sociais representados pelos grandes empreendimentos econômicos instalados nas florestas de babaçuais.

O potencial mobilizatório e de resistência das mulheres que vivem do babaçu na “região ecológica do babaçu”, pode oferecer pistas convenientes para observarmos as situações de resistências, deixando margem para uma discussão mais consistente em torno das formas organizativas existentes na região. Pois à medida que tais situações ligadas aos conflitos, lutas, resistências, formas organizativas e estratégias de quebradeiras de coco babaçu vão se configurando na “região ecológica do babaçu”, são construídas discussões em torno dessa temática abordadas por diferentes campos de saber.

Nas décadas de 1930 a 1960 biólogos, antropólogos, economistas, sobretudo geógrafos, realizaram estudos em torno da Economia do Babaçu em terras maranhenses, tais como: Aroldo de Azevedo e Dirceu Mattos- Viagem ao Maranhão – 1950; Roberto Galvão- Introdução ao conhecimento da área maranhense abrangida pelo plano de valorização econômica da Amazônia – 1957; Orlando Valverde- Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte- 1957; Manoel Correia de Andrade – A civilização do babaçu em Ensaio sobre a realidade maranhense – 1984 (SHIRAIISHI, 1997).

5 Programa implementado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE visa atender alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias. As mulheres associadas trabalham em torno desse serviço com a venda de produtos desenvolvidos a partir do babaçu.

6 Composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), programa foi criado com finalidade de incentivar a agricultura familiar.

7 Política implementada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), tem como finalidade a garantia de fixação de preço mínimo pelo Governo Federal para produtos extrativistas.

Tais trabalhos citados não levavam em consideração o contexto social aos quais as palmeiras de coco babaçu estavam inseridas, ao contrário de alguns trabalhos de ecologistas como Anderson (1991), que apesar de apresentar uma discussão sobre a conservação ambiental, com discussão que versa em torno do babaçu, não deixou de evidenciar os impactos sobre as questões econômicas e sociais presentes entre aqueles que dependem do babaçu para garantir sobrevivência.

Autores que, baseados em seus interesses “científicos” e por vez, pelo interesse do Estado, realizam estudos de cunho biológico e determinista, revelando a “notável adaptação” do homem ao meio natural, desconsiderando a racionalidade social agregada às práticas ligadas ao extrativismo do babaçu. Desde GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) - 1959/61 com a criação de uma política de desenvolvimento para o Nordeste e com o Grupo de Estudos do Babaçu (GEB), criado pelo governo federal para apresentar sugestões para o desenvolvimento da produção do babaçu, realizou-se excursão que resultou em um “relatório de observações geográficas”, com teor determinista, e por vez, preconceituoso. E que dada à condição de irrelevância econômica em termos significativos de produção, destacada nos estudos de geógrafos, planejadores e economistas chega-se a anunciar o “fim do extrativismo” (SHIRAIISHI, 1997).

Por outro lado, seguido de organizações interessadas em resguardar os direitos dos extrativistas como CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas; e GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), surge outra vertente de discussão que permite a percepção das práticas sociais e formas organizativas atuantes. Possibilitando o reconhecimento de que as quebradeiras de coco também constroem mecanismos estratégicos de saberes que são inerentes as suas práticas sociais e políticas.

Em diversos eventos dos quais as quebradeiras se fizeram presentes, como Marcha das Margaridas⁸, assembleias municipais e encontros interestaduais promovidos pelo MIQCB, foram elaboradas cartas aos órgãos governamentais, nas quais reivindicam, dentre outras coisas: garantia de acesso aos babaçuais, igualdade de gênero, acesso a programas governamentais voltados para segurança alimentar, saúde da mulher e punição para aqueles que cometem crimes ambientais contra babaçuais, castanhais e seringais, bem como, desapropriação imediata das áreas de conflito ocupadas pela pecuária, siderúrgicas e mineração que impactam diretamente as quebradeiras de coco (ARAUJO, 2016).

Araujo (2013), com amplo trabalho direcionado às formas organizativas das quebradeiras de coco, destaca que a ASSEMA e o MIQCB, organizações de base dos movimentos das quebradeiras, articulavam também diálogos entre instâncias de poder público para viabilização de políticas públicas junto a Comitês do MMA – Ministério do Meio Ambiente; Rede Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER; Conferências de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promovida pelo MDA- Ministério de Desenvolvimento Agrário. Em 2007, 300 mulheres, em audiência com deputados federais em Brasília, conseguiram aprovação, junto a Comissão de Meio Ambi-

⁸ A Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada por mulheres trabalhadoras rurais e organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- Contag que ocorre desde 2000, com o objetivo de discutir e refletir sobre direitos e condição de vida das mulheres do campo e da floresta.

-ente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias, do projeto de Lei Federal do Babaçu Livre. Como resultado dessa ação, 12 mil hectares de floresta de babaçu, no município de Penalva – MA, foram incluídos na lista de Reservas Extrativistas a serem criadas pelo IBAMA (ARAUJO, 2013, p.144).

Suas reivindicações são apresentadas em suas falas e representadas cartograficamente no mapa elaborado por elas em oficinas de mapeamentos. Uma vez que, cartografias oficiais elaboradas por órgãos do governo não expressam as realidades e nem os aspectos mobilizatórios de povos e comunidades tradicionais, documentos como estes, passam a legitimar o lugar de fala das quebradeiras à medida que os conflitos e tensões se acirram em seus territórios. A partir da produção dos mapas, as quebradeiras de coco reproduzem e enfatizam o que melhor retrata suas realidades, tornando-o, um instrumento que evidencia as situações adversas diretamente relacionadas à conflitos ambientais, sociais e de caráter econômico; reforçando o discurso de apropriação territorial e a reivindicação de direitos construído a partir de mobilizações estabelecidas pelos agentes sociais envolvidos no processo de luta.

CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS: A LUTA POLÍTICA DE MULHERES EXPRESSA NO DELINEAR DE UM MAPA

No âmbito do projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu⁹” foram realizadas pesquisas nas regiões dos cocais maranhenses, municípios de Codó, Timbiras e Coroatá com conflitos ligados à agroindústria, representados principalmente pelo Grupo FC Oliveira¹⁰, e na mineração, com extração de calcário, pelo Grupo João Santos¹¹; Sudeste do Pará, nos municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, seguindo para Araguanã em Tocantins, com venda do coco inteiro para o abastecimento de cerâmicas; e Baixada Maranhense, nos municípios de Penalva e Viana - MA onde os conflitos com cercas elétricas instaladas nos campos naturais por fazendeiros dificultam o acesso das mulheres às áreas de babaçuais.

Contudo, o mapa expressa bem mais do que isso. O georreferenciamento é feito com auxílio de *softwares* de sistema de informação geográfica (SIG) em laboratórios cartográficos do projeto, pressupõe capacitação e treinamento de representantes dessas comunidades, pois, estes, serão os sujeitos no processo de seleção dos dados que deverão constar nos mapas com pontos georreferenciados por eles.

9 O link de acesso à cartografia produzida pode ser encontrado na página <http://novacartografiasocial.com.br/mapa-nova-cartografia-social-dos-babacuais-mapeamento-social-da-regiao-ecologica-do-babacu/>. Faço a opção de inserir o link de acesso ao mapa, pois o mesmo apresenta detalhes que seriam de difícil visualização para o formato do artigo aqui apresentado.

10 O grupo FC Oliveira apresenta empreendimentos que se destacam no ramo de produtos de limpeza, comércio e extensas fazendas na estrada para Povoado Cajazeiras- Codó (Fazenda Abelha e Fazenda Dois Irmãos) e outra área para construção de aeroporto particular nas proximidades da sede do município de Codó – MA, provocando frequente desmatamento de babaçuais.

11 A fábrica de cimento NASSAU, pertencente ao Grupo João Santos, localizada às margens da BR-316, na zona rural de Codó - MA, faz uso do calcário extraído na região como matéria-prima para a fabricação do cimento e dispõe de uma vasta extensão de terra para extração do minério e plantio de eucalipto.

O discurso e aprendizado de dispositivos constitucionais, como Convenção 169¹² e de legislação ambiental que garantem o acesso ao uso dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais são pertinentes para o processo, bem como o aprendizado de técnicas elementares de uso do GPS que consiste numa etapa inicial do trabalho do PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia).

A consolidação dessas capacitações foi articulada em oficinas de mapas realizadas durante encontros de pesquisadores e quebradeiras de coco babaçu situadas nos quatro estados de maior incidência de palmeira e das formas organizativas – Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, e que contribuíram para a realização do mapeamento. De acordo com uma composição definida pelas quebradeiras, tais oficinas resultaram em atividades que delimitaram perímetros e consolidaram as informações obtidas por meio de observação direta e de diferentes tipos de relatos, contribuindo para uma descrição etnográfica suficientemente precisa de seus territórios de pertencimento. (ALMEIDA 2013; FARIAS JUNIOR, 2013).

Transformando esta representação cartográfica com ênfase nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambiental em objeto de ação política, o mapa traz em sua composição legendas que contemplam duas vertentes de atuação que contrasta com as realidades abordadas em mapeamentos socioeconômicos elaborados pelo Estado. A primeira diz respeito às formas organizativas atribuídas às quebradeiras de coco e que atuam na linha de frente em defesa dos babaçuais; e a segunda às tensões e conflitos promovidos por seus antagonistas sociais, representados por fazendeiros e grandes empreendimentos. Transformando tal cartografia social em instrumento de ação política, os agentes sociais dispõem de ferramentas úteis para agir no contra-ataque, mobilizando comunidades e gerando debates locais sobre situações adversas que acometem seus territórios.

Os conflitos representados nesta cartografia refletem um processo dinâmico e específico que contemplam diferentes realidades vivenciadas pelas quebradeiras em seus distintos territórios. O cotidiano delas é permeado por desmatamento provocado pela expansão da pecuária, instalação de linha de transmissão (extensão de linha elétrica instalada na baixada maranhense), envenenamento dos babaçuais através de pulverização com aviões particulares (principalmente na região dos cocais maranhenses), instalação de cercas elétricas, interdições de lagos e babaçuais, venda do coco inteiro para carvoarias e expansão das monoculturas (soja, eucalipto, teca e cana-de-açúcar). Há, ainda ênfase para a representação de indústrias que provocam destruição dos recursos naturais com exposição a resíduos nocivos, especulação imobiliária e concentração fundiária, com destaque para Indústria de Papel e Celulose - Suzano (Região de Imperatriz- MA), provocando desestruturação de organizações comunitárias e deslocamentos compulsórios de famílias inteiras para expansão de sua área de atuação.

Entre as formas organizativas, estão Associações de Mulheres, Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Sedes regionais do MIQCB, Centro de formação, Escolas famílias, pontos de referência que remetem pertencimento ao território ou memória de conflito, tais como cemitério e resquícios de antigas fazendas.

¹² Convenção instituída com a intenção de promover inclusão de povos indígenas e tribais na América latina e tem, entre outros princípios, garantir a consulta prévia, livre e informada sempre que qualquer medida realizada por mecanismos externos possa afetar diretamente seus territórios.

Porém, sem dúvida alguma, uma das maiores formas de manifestação de resistência das quebradeiras de coco enfatizada no mapa permeia pela informação de aprovações das “Leis Babaçu Livre”¹³, leis municipais que proíbem a derrubada de palmeiras, queimada dos babaçuais e envenenamento das pindovas (palmeiras em fase de crescimento). As mulheres, em parceria com movimento das quebradeiras e outras entidades organizativas conseguiram aprovar a lei nos municípios de São Miguel, Buriti do Tocantins, Axixá e Praia Norte - Tocantins; Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Esperantinópolis, Capinzal do Norte, Cidelândia, Imperatriz, Vila Nova dos Martírios, Pedreiras - Maranhão; São Domingos do Araguaia - Pará.

Na região de pesquisa realizada pelo projeto algumas dessas mulheres apresentam múltiplas identidades, sendo autorreconhecidas para além da identidade coletiva de quebradeiras de coco babaçu, como quilombolas, ribeirinhas e indígenas a partir de processos históricos e de laços de pertencimento territorial. Esses territórios de pertencimentos por apresentar particularidades culturais e sociais, reforçam no mapa laços de sociabilidade e de solidariedade das comunidades através da representação de antigos quilombos e ruínas, cemitérios, áreas para coleta e quebra do coco em um sistema de barracão (mulheres que se reúnem em um barraco para quebra do coco babaçu).

São essas situações presentes nas áreas de pesquisa que torna o mapa das quebradeiras de coco babaçu, um mapa dinâmico e situacional, por evidenciar distintas perspectivas de seus lugares e modos de vida, destacando os aspectos sociais e culturais de um lugar e prática consideradas por muito tempo beirando a extinção. Nesse sentido, ao produzir tais mapas, as quebradeiras de coco reproduzem aquilo que julgam necessário enfatizar para retratar sua própria realidade, tornando o mapa, portanto, um instrumento para evidenciar e legitimar os discursos de apropriação de lugar construído por elas.

Ao afirmar que existem e que dependem do babaçu, as quebradeiras de coco babaçu reforçam um discurso de resistência a partir da utilização de uma cartografia que passa a representá-las como pertencentes a um território. Francisca do Nascimento, Coordenadora regional do MIQCB/PI, reforça a condição de existência das quebradeiras em uma de suas falas para exposição do mapa: “O que queremos com esse mapa é chamar atenção do governo e que a gente precisa de um olhar mais diferente. Das políticas voltadas para o movimento e para as quebradeiras de coco. E a gente quer com esse mapa fazer a diferença”¹⁴.

O mapa que revela a existência das quebradeiras de coco em um amplo território de atuação, confirma características pertinentes nos seus discursos, dando ênfase a denominada “Região ecológica do babaçu” compreendo seus fatores religiosos, culturais, sociais e econômicos, valorizando o uso dos recursos naturais e à organização social em torno do território, permitindo compreender suas distintas formas de existência.

13 Em 1997, o município de Lago do Junco, região do Médio Mearim no Maranhão, tem primeira lei do babaçu livre aprovada. A lei garante que as quebradeiras deste município e suas famílias tenham direito ao acesso livre dos babaçuais, mesmo que estes estejam em propriedades privadas. Além de proibir a derrubada da palmeira.

14 Fala realizada em apresentação do mapa “Nova Cartografia Social dos Babaçuais” na Câmara dos Deputados em Brasília em 12 de agosto de 2015, com presença de pesquisadores do PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e representantes do Movimento das quebradeiras – MIQCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que envolveram a elaboração desta autocartografia desde 2014, promoveram visibilidade às formas de vida e organização política das quebradeiras de coco babaçu em seus distintos territórios, fortalecendo uma identidade coletiva objetivada pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Desde o final da década de 80 essas mulheres, em um processo de ação coletiva, provocam discussões ambientais que permeiam o uso e conservação da palmeira de babaçu. A visibilidade oferecida a questão ambiental é, no entanto, uma tentativa de torná-las também visíveis e parte de uma complexa rede de pertencimento junto a um território repleto de conflitos que envolvem o extrativismo do babaçu.

A autocartografia realizada pelas quebradeiras de coco em parceria com o projeto “Cartografia Social dos Babaçuais” tem revelado, nesse sentido, uma dinâmica que nem sempre é percebida em documentos oficiais e nem em projetos de planejamento público dos quais não contemplam as necessidades de comunidades tradicionais. São pessoas tratadas como minorias e invisibilizadas pela sociedade e pelo Estado. Porém a autocartografia traz um olhar diferenciado priorizando as demandas e necessidades das quebradeiras de coco babaçu na região compreendida como “ecológica do babaçu”. As privação e limitações potencializadas por grandes empresas e pelo Estado não equivale como mecanismo de repressão suficiente para limar a luta das mulheres.

Mesmo que haja toda uma pressão em torno dos recursos naturais disponíveis, com um discurso inclusive voltado para o “desenvolvimento sustentável” não há uma preocupação com o reconhecimento de quem vive desses recursos. Contudo, sejam elas quebradeiras, quilombolas ou indígenas, a luta das mulheres ganha a partir deste mapeamento, proporções que vão além da prática extrativa do babaçu. Essa multiplicidade de identidades que permeia a luta das quebradeiras de coco babaçu, e que não é, portanto, aquela identidade fragmentada enfatizada por Hall (2005) corrobora para o fortalecimento de uma luta comum. É uma luta pela valorização da vida e contra a negação de direitos básicos. Luta que reforça um caminho de resistência de mulheres que existem e insistem em uma trajetória digna de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Quebradeiras de coco babaçu: Identidade e Mobilização. Legislação específica e fontes documentais e arquivísticas”. São Luis: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAISHI NETO, Joaquim. “Guerra Ecológica nos Babaçuais: O processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia”. São Luís: Miqucb/balaios typographia, 2005.

ALMEIDA Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel. “Catálogo Povos e Comunidades Tradicionais”. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANDERSON, Anthony. “The Subsidy from Nature: Palm Forests, Peasantry and Development on an Amazon Frontier”. New York: Columbia University Press, 1991.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. *Estado/ Movimentos Sociais: A trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão*. Manaus: UEA Edições, 2013.

ARAÚJO, Helciane de Fátima. *CARTOGRAFIA SOCIAL DA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU: estratégias e interpretações dos processos sociais atinentes aos babaçuais*. VII Jornada de Políticas Públicas. São Luis: UFMA, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. *A crise da economia do babaçu no Maranhão (1940-1980)*. XXVIII Anual Student Conference of Latin America. Patrocinado pelo ILASSA – Institute of Latin Studies Student Association. Austin: Universidade do Texas, 1998.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. *Relatório de Pesquisa do Projeto Cartografia Social dos Babaçuais*. São Luis, 2014.

SHIRAISHI, Joaquim. *A reconceituação do Extrativismo na Amazônia: práticas de uso comum dos recursos naturais e normas de direito construídas pelas quebradeiras de coco babaçu. (Dissertação de mestrado)*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.